

INSTITUTO CULTURAL ISRAELITA BRASILEIRO

**Demonstrações Financeiras para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Relatório dos Auditores Independentes**

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 [/audisa.consultores](https://www.facebook.com/audisa.consultores)

📷 [@grupoaudisa](https://www.instagram.com/grupoaudisa)

🌐 [/company/grupoaudisa](https://www.linkedin.com/company/grupoaudisa)

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

INSTITUTO CULTURAL ISRAELITA BRASILEIRO

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis.....

Balanco Patrimonial.....

Demonstração do Resultado do Período.....

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....

Demonstração dos Fluxos de Caixa.....

Notas explicativas às demonstrações contábeis.....

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 [/audisa.consultores](https://www.facebook.com/audisa.consultores)

📷 [@grupoaudisa](https://www.instagram.com/grupoaudisa)

🌐 [/company/grupoaudisa](https://www.linkedin.com/company/grupoaudisa)

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

INSTITUTO CULTURAL ISRAELITA BRASILEIRO

CNPJ. : 62.778.576/0001-31

**“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS”****Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO CULTURAL ISRAELITA BRASILEIRO** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis.

A Entidade não possui o controle físico sobre o Imobilizado do Grupo Ativo Não Circulante e conseqüentemente, a Entidade realiza os registros para custo com depreciação através da taxa fiscal, conforme apresentado na nota explicativa nº 04 e não vem também efetuando a revisão da vida útil econômica desses bens em atendimento ao item 50 e 51 da resolução CFC nº 1.177/09 – NBC TG 27 (R1). Devido aos fatos descritos anteriormente, a Entidade não efetuou a verificação de possíveis desvalorizações significativas do Ativo Imobilizado “impairment” que possam existir conforme determina a Resolução CFC nº 1.292/10 – NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos Diante disso não nos foi possível determinar se ajustes das contas, resultariam em efeitos relevantes sobre as Demonstrações Contábeis de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

NOSSOS ESCRITÓRIOS**São Paulo**Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO**Recife**

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f /audisa.consultores

@grupoaudisa

in /company/grupoaudisa

PORTALAUDISA.COM.BR

Ênfase:**Ênfase sobre a retificação dos valores correspondentes.**

Chamamos atenção à nota explicativa n.º 16 às demonstrações contábeis (Balanço, DRP, DMPL e DFC), que apresenta as mudanças nas políticas contábeis adotadas pelo **INSTITUTO CULTURAL ISRAELITA BRASILEIRO** em 2021, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

NOSSOS ESCRITÓRIOS**São Paulo**

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO**Recife**

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conceito das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 13 de Junho de 2022

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

NOSSOS ESCRITÓRIOS**São Paulo**

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO**Recife**

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ALEXANDRE CHIARATTI DO
NASCIMENTO (14782348819)
Data: 6/15/2022 9:28:11 PM -03:00



VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: 763AA-B9906-B48F0-82B96

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

<https://fenacondoc.com.br/valida-documento/763AA-B9906-B48F0-82B96>

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:



BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021

ATIVO	Nota	<u>2021</u>	<u>2020</u> <u>Reapresentado</u>
CIRCULANTE		<u>2.469.173,20</u>	<u>1.842.698,77</u>
Caixa	1		
Bancos conta movimento	1	291.735,44	1.182.197,14
Aplicações financeiras	1	2.175.782,02	660.115,20
Créditos	2	674,80	
Tributos federais a recuperar	3	603,11	
Despesas exercício seguinte	3	377,83	386,43
NÃO CIRCULANTE		<u>34.752,05</u>	<u>38.339,83</u>
Imobilizado	4	34.752,05	38.339,83
TOTAL DO ATIVO		<u>2.503.925,25</u>	<u>1.881.038,60</u>
PASSIVO			
CIRCULANTE		<u>1.493.529,64</u>	<u>1.398.063,68</u>
Encargos Sociais a recolher	5	4.878,38	4.209,28
Obrigações a pagar		-	21.062,55
Projetos a realizar	6	1.432.384,28	1.368.508,32
Obrigações Fiscais	7	43.821,16	1.583,17
Provisões Trabalhistas	8	12.445,82	2.700,36
NÃO CIRCULANTE		<u>134.541,28</u>	<u>0,00</u>
Parcelamentos	7	134.541,28	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	<u>875.854,33</u>	<u>482.974,92</u>
Patrimônio Social		482.974,92	202.127,42
Superávit do Exercício		392.879,41	280.847,50
TOTAL DO PASSIVO		<u>2.503.925,25</u>	<u>1.881.038,60</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

		<u>2021</u>	<u>2020</u>
	Nota		Reapresentado
RECEITAS OPERACIONAIS		3.004.720,45	1.731.187,30
Receitas das atividades	11	3.004.720,45	1.731.187,30
Subvenções Governamentais - União		966.516,99	483.135,99
Subvenções Governamentais - Estados		237.217,05	137.192,09
Subvenções Governamentais - Municípios		18.000,00	-
Subvenções Não Governamentais de Pessoas Jurídicas		1.314.621,06	167.072,63
Doações Não Governamentais - Pessoas Físicas e Jurídicas		120.298,22	872.472,50
Receita com emissão de nota fiscal		105.851,00	-
Mensalidades		22.543,70	-
Outras Receitas das Atividades		116.688,53	65.327,99
Receita de aluguéis		76.680,50	-
Receitas de Aplicações Financeiras		26.303,40	5.986,10
Outras Receitas		-	-
DESPESAS OPERACIONAIS	11	(2.611.841,04)	(1.450.339,80)
DESPESA COM PESSOAL		(158.121,71)	(87.897,42)
Ordenados, Salários, Gratificações e Outras Remunerações a E		(107.402,62)	(66.166,56)
Encargos Sociais com Empregados		(32.447,07)	(21.660,40)
Despesa com Provisão para Remuneração e Encargos dos Emprega		(12.445,82)	2.306,34
Outros Gastos com Empregados		(5.826,20)	(2.376,80)
DESPESAS DAS ATIVIDADES	11	(2.222.327,37)	(1.340.722,74)
Despesas com Subvenções, Contribuições e Doações		-	(132.664,67)
Prestação de Serviços por Pessoas Jurídicas - equipe fixa		(745.637,06)	(993.402,89)
Outros gastos gastos pessoa jurídica equipe fixa		(21.000,00)	-
Prestação de Serviços por Pessoas Jurídicas - Institucional		(180.180,14)	-
Despesas de Consumo (Água/Esgoto/Energia Elétrica/Comunicação)		(22.190,38)	(12.260,53)
Despesas de Consumo (Materiais de Expediente)		(52.296,00)	(18.264,80)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens e Instalações		(163.511,38)	(11.282,16)
Despesas com Viagens, Diárias e Ajuda de Custo		(1.881,85)	(10.692,85)
Propaganda, Publicidade e Patrocínio		(454,25)	(104.674,60)
Depreciações e amortizações		(3.587,78)	(226,10)
Outras Despesas Administrativas		(1.218,63)	(50.054,14)
Atendimento		(2.300,00)	-
Assessoramento		(1.871,20)	-
Outras despesas relac. programas, projetos ou ações		(145.195,65)	-
Prestação de serviços por pessoas jurídicas (projetos, editais e eventos)		(849.268,43)	(7.200,00)
Despesas por programas de apoios, projetos ou ações assistenciais		(31.734,62)	-
DESPESAS FIN. E TRIBUTARIAS	11	(231.391,96)	(21.719,64)
Multas (trib)		(187.224,54)	-
Despesa de juros e multas (fin)		(3.103,82)	-
IRRF s/ aplicação financeira		(9.984,57)	-
Outras Despesas Financeiras		(11.493,81)	(15.244,45)
Despesa com tributos Federais		(4.965,65)	-
Despesa com tributos Estaduais		(4.478,04)	-
Despesas com Tributos Municipais		(10.141,53)	(6.475,19)
Superávit do Exercício	12	392.879,41	280.847,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2021

	Patrimônio Social	Superavit/ Deficit Acumulado	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	5.221,19	268.030,24	(71.124,01)	202.127,42
Incorporação do Resultado do exercício ao Patrimônio	(71.124,01)		71.124,01	0,00
Incorporação do Resultado Acumulado ao Patrimônio	268.030,24	(268.030,24)		
Resultado Reapresentado 2020 - Superávit do Exercício			280.847,50	280.847,50
				-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	202.127,42	-	280.847,50	482.974,92
Incorporação para Patrimônio	280.847,50		(280.847,50)	0,00
Superávit do Exercício			392.879,41	392.879,41
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	482.974,92		392.879,41	875.854,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021**

	2021	<u>2020</u> Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
a) Resultado Ajustado	396.467,19	281.073,60
Superávit/ deficit do exercício	392.879,41	280.847,50
Depreciação	3.587,78	226,10
b) Decréscimo (Acréscimo) do Ativo	(1.269,31)	32.739,86
Valores a receber	(674,80)	33.126,29
Despesas antecipadas	8,60	(386,43)
Tributos federais a recuperar	(603,11)	
c) Acréscimo (Decréscimo) do Passivo	230.007,24	203.740,54
Encargos sociais a recolher	669,10	1.869,45
Projetos a realizar	63.875,96	181.531,71
Obrigações a pagar	(21.062,55)	21.062,55
Obrigações fiscais	42.237,99	1.583,17
Provisão Trabalhistas	9.745,46	(2.306,34)
Parcelamentos	134.541,28	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	625.205,12	517.554,00
Aquisição de Ativo Imobilizado	-	(2.713,00)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	(2.713,00)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM EQUIVALENTES DE CAIXA	625.205,12	514.841,00
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	625.205,12	514.841,00
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.842.312,34	1.327.471,34
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.467.517,46	1.842.312,34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**INSTITUTO CULTURAL CASA DO POVO CNPJ 62.778.576/0001-31- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2021.**

CONTEXTO OPERACIONAL

A Casa do Povo é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída em 31 de março de 1948, sob a forma de associação de defesa de direitos sociais, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo. A Casa fica localizada na Rua Três Rios 252 no centro da cidade na cidade do Bom Retiro.

A Casa do Povo é um centro cultural que revisita e reinventa as noções de cultura, comunidade e memória.

Habitada por uma dezena de grupos, movimentos e coletivos, alguns há décadas e outros mais recentes, a Casa do Povo atua no campo expandido da cultura. Sua programação transdisciplinar, processual e engajada entende a arte como ferramenta crítica dentro de um processo de transformação social. Sem grade fixa de programação e com horários flexíveis, a Casa do Povo se adapta às necessidades de cada projeto, de forma a atender tanto associações do bairro quanto propostas artísticas fora dos padrões. Seus eixos de trabalho (memória, práticas coletivas e engajadas, diálogo e envolvimento com o seu entorno) são pensados a partir do contexto contemporâneo em relação direta com suas premissas históricas, judaicas e humanistas.

A associação tem por objetivo estatutário promover os valores culturais em geral e, em particular os que identifiquem as comunidades brasileiras e de origem judaica, em todo o território nacional, por meio da promoção de atividades culturais, educacionais, sociais e assistenciais.¹

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2021, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL - RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua

¹ Informações extraídas do site da Organização e do estatuto

falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

1 - Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

Os valores de caixa e equivalente de Caixa, em 2021 foi de 2.467.517,46 desse valor, 58% está relacionado com projetos a realizar, e o restante no valor de 263.113,09 é o recurso institucional.

Conta corrente	2021	2020
Banco Itaú C/C 03309-5	10,00d	40,00d
BB C/C 9677 Proac Edital Territórios etc. Uma instituição do comum	0,00	2.177,18d
Banco Brasil C/C 48321-4 Minc Pronac 177223	0,00	1.633,37d
Banco Brasil C/C 49328 Proac ICMS	7,44d	401,25d
BB C/C 49906 - Proac Edital Modernização etc. Arquivo em movimento	0,00	506,46d
BB C/C 49848-3 - PRONAC 193030	0,00	615.368,15d
BB C/C - 51261-3 MINC PRONAC 203923 -CAPTAÇÃO	0,00	272.630,00d
BB C/C 20667-9	60,00d	60,00d
BB C/C 46335-3 PROAC plan anual n.o 37/2021	291.658,00d	0,00
Aplicações Financeiras	2.175.782,02d	949.495,93d
Bancos Itaú C/C 03309-5 - Aplicação automática da conta corrente	254.255,32d	289.380,73d
Itaú Renda Fixa IMA-B / Fix Plus FicFi	167.268,40d	161.478,90d
Itaú Renda Fixa Master DI	0,00	46.079,32d
Aplic BB C/C 48174 Proac ICMS - Encerrada 2019 Biblioteca	0,00	10,15d
Aplic BB C/C 49328 Proac ICMS Plano Anual 2018 rev. 2020	0,00	102.761,09d
Aplic BB C/C 49906 Proac Modernização etc. Arquivo em movimento	0,00	95.932,88d
Aplic BB C/C 49848-3 C Prazo Admin Soberano- PRONAC 193030	0,00	11.000,46d
Aplic BB C/C 49848-3 BB RF Ref DI Vip PRONAC 193030	0,00	242.788,01d

Itau - Conta Poupança Ag. 0064 Conta 03310-3	64,39d	64,39d
ITAU CDB -DI	613.475,07d	0,00
Aplic BB AG 442-1 CC 51263-X (Corporate Agil)	1.072.601,02d	0,00
Aplic BB AG 442-1 CC 51263-X (CP Automatico S P)	66.815,21d	0,00
Aplic BB AG 442-1 CC 51261-3 (CP Automatico S P)	1.302,61d	0,00

2- Créditos: Apresentamos nessas contas créditos que a Organização tem a receber, em 2021 adiantamento de férias referente folha de pagamento que foi descontado da funcionaria na folha de janeiro de 2022.

3 – Despesa do exercício seguinte e Tributos federais a recuperar: Apresentamos nessa conta os valores de seguro do Imóvel a ser apropriado para 2021. Ao vencimento da vigência do seguro, esse valor será totalmente apropriado e ao assegurar o imóvel novamente é reconhecida nova apropriação.

Os tributos federais a recuperar, trata-se de impostos que foram debitados duas vezes da conta corrente, e por serem IRRF sobre folha e FGTS, iremos solicitar a compensação do imposto sobre folha.

4 – Imobilizado: A Casa do povo possui imobilizado no balanço patrimonial registrado de longa data, até a data desse relatório não recebemos o item de ativo imobilizado assim como a reavaliação patrimonial do imóvel em questão que é o bem mais relevante da casa e o cerne de sua existência, portanto não é possível mensurar de fato os valores desses ativos imobilizados.

	2021	2020
Edifícios e Construções	53.976,99	53.976,99
Máquinas, Equipamentos e Instalações	2.713,00	2.713,00
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	33.616,79	33.616,79
(-) Depreciação Acumulada	-55.554,73	-51.966,95
Total	34.752,05	38.339,83

5 – Encargos sociais a recolher: Os valores registrados nesse grupo trata-se de encargos de folha de pagamento: INSS a recolher, FGTS a recolher, IRRF sobre salários e PIS sobre folha de pagamento.

	2021	2020
INSS a Recolher	-3.368,53	-3.203,79
FGTS a Recolher	-833,14	-612,93
Demais Encargos a Recolher	-676,71	-392,56
Total	-4.878,38	-4.209,28

6 – Projetos a realizar – Subvenções e/ ou convênios públicos resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07): São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos públicos e privados, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas.

Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. Para a contabilização de suas subvenções públicas e privadas, a Entidade atendeu a Resolução no. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamental e a Resolução do CFC No 1409/12 que aprovou a ITG 2002. Adicionalmente, a Administração reconhece que deverá ser registrado como passivo a realizar de subvenções apenas o que é recurso de lei de incentivo, baixando contra ajuste de exercícios anteriores o saldo do projeto FFAI e Casa sangusko

	2021	2020
A realizar - C/C 9677 Proac Edital Territórios etc. Uma instituição do comum	0,00	2.177,18c
A realizar - FFAI Bco Itau	0,00	140.497,26c
Minc Pronac C/C 48321 - Projeto a realizar	0,00	1.633,37c
A realizar - C/C 49328 Proac ICMS Plano Anual 2018 rev. 2020	7,44c	103.162,34c
A realizar - C/C 49906 Proac Edital Modernização etc. Arquivo em movimento	0,00	96.439,34c
A realizar - Minc Pronac 193030 c/c C/C 49848-3	0,00	869.156,62c
A realizar - C/C 51261-3 MINC PRONAC 203923	1.140.718,84c	272.630,00c
A realizar - Lei Aldir Blanc 2020	0,00	18.000,00c
A realizar - PROAC plan anual n.o 37/2021 - c/c 46335-3	291.658,00c	0,00
Projeto Casa Sangusko	0,00	56.838,75c
	1.432.384,28c	1.560.534,86c

7 - Obrigações Fiscais: Estão registrados nas obrigações fiscais imposto retido sobre serviços tomados, e ISS referente nota fiscal de serviços prestados pela Instituição. Adicionalmente em 2021, a Casa do Povo foi acionada pela prefeitura de São Paulo referente multas diversas, como obra em geral, segurança, postura em geral. Destas multas algumas eram devidas outras não, o que foi devido gerou dois PPIS (programa de parcelamento incentivado) que foi apresentado no PL em curto e longo prazo como abaixo, no curto prazo estão lançadas as 12 parcelas a serem pagas em 2022 e no longo prazo as parcelas a serem pagas nos próximos anos:

CURTO PRAZO	2021	2020
Tributos Federais a Recolher	-177,87	-177,87
Tributos Municipais a Recolher	-515,76	-1.405,30
PPI Municipal numero 17758421-1 60 parcelas Total R\$73.571,42	-14.714,28	
PPI Municipal numero 4156665-3 48 parcelas Valor total R\$113.653,12	-28.413,29	
Total curto prazo	-43.821,16	-1.583,17
LONGO PRAZO		
PPI Municipal numero 17758421-1 60 parcelas Total R\$73.571,42	-56.404,76	
PPI Municipal numero 4156665-3 48 parcelas Valor total R\$113.653,12	-78.136,52	
Total longo prazo	-134.541,28	0,00

8 – Provisões trabalhistas: Foi registrado como provisão de natureza trabalhista em 2021 os saldos de férias mais impostos a serem pagos às funcionárias o valor de 12.445,82

9 - Patrimônio líquido: O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Superávit Acumulado, acrescido do superávit do exercício de R\$ 396.467,19 conforme apresentado na DMPL

10 - As Despesas e as Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

Receitas (Resolução CFC No. NBC TG 47 de 2016): Em atendimento a Resolução do CFC No. NBC TG 47 de 2016, as receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas das atividades fins (receitas provenientes de convênios firmados com empresas privadas), são registradas pelos valores contratados pelos convênios firmados.

Receitas das atividades	11	3.004.720,45	1.731.187,30
Subvenções Governamentais - União		966.516,99	483.135,99
Subvenções Governamentais - Estados		237.217,05	137.192,09
Subvenções Governamentais - Municípios		18.000,00	-
Subvenções Não Governamentais de Pessoas Jurídicas		1.314.621,06	167.072,63
Doações Não Governamentais - Pessoas Físicas e Jurídicas		120.298,22	872.472,50
Receita com emissão de nota fiscal		105.851,00	-
Mensalidades		22.543,70	-
Outras Receitas das Atividades		116.688,53	65.327,99
Receita de aluguéis		76.680,50	
Receitas de Aplicações Financeiras		26.303,40	5.986,10
Outras Receitas			-

11 - Apuração do Resultado: O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

12 – Resultado do período: O superávit do exercício de 2021 será descontado do Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

	2021	2020 Reapresentado
Total Receitas	3.004.720,45	1.731.187,30
Total de Despesas	-2.611.841,04	-1.450.339,80
Superávit / Déficit	392.879,41	280.847,50

13 - Provisão passivos contingentes (Resolução CFC No. 1.180/09 NBC TG 25): Em 31/12/2021 a entidade possuía as seguintes disputas jurídicas, conforme apresentado na carta de circularização dos advogados:

Ação ajuizada como demandado: R\$6.274.441,73

Ação ajuizada como demandante: 1.499.905,47

14 – Da Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC: A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

15 – Impacto nas demonstrações contábeis relacionados a pandemia de corona vírus (COVID 19): Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença, depois que autoridades chinesas notificaram casos de uma misteriosa pneumonia na cidade de Wuhan. No dia 9 de janeiro de 2020, foi anunciado pela OMS que os casos de pneumonia estariam ocorrendo devido a um novo Coronavírus, tipo semelhante ao da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars).

Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras e outras espalhadas pelo mundo. A Administração entende que não é possível mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Coronavírus (COVID19) e das medidas governamentais tomadas para evitá-la, porém, nesse momento, está tomando medidas internas para avaliação dos impactos a nível de negócio e avaliou as normas mencionadas no comunicado divulgado pelo Conselho Federal de Contabilidade emitido no dia 9 de março de 2020 conforme destacado a seguir:

- _ CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos;
- _ CPC 24 – Evento Subsequente
- _ CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- _ CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e
- _ CPC 48 – Instrumentos financeiros;

A Administração está envidando esforços para garantir com base nos princípios contábeis de que quaisquer impactos identificados sejam refletidos nos seus demonstrativos financeiros, contudo, concluiu na data de aprovação de emissão dessas Demonstrações financeiras que os estudos internos dos impactos do COVID19 até então realizados não se materializam e impactam as Demonstrações financeiras aqui apresentadas.

16- Reapresentação de Valores Correspondentes.

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial do exercício de 2020 originalmente apresentado nas demonstrações financeiras do exercício, está sendo apresentado em conformidade com o CPC 23 e Resolução NBTC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1).

As contas patrimoniais afetadas foi: convênios a realizar.

Os valores de saldos de projetos de 2020 foram baixados e reapresentados, pois a Administração reconhece que deverá ser registrado como passivo a realizar de subvenções apenas o que é recurso de lei de incentivo, conforme apresentado na nota 6.

Data	Historico	Débito	Crédito
01/01/2021	804 - A realizar - C/C 49328 Proac ICMS Plano Anual 2018		-1.890,53
01/01/2021	210 - A realizar - FFAI Bco Itau		-140.497,26
01/01/2021	810 - Proieto Casa Sanousko		-56.838,75
13/01/2021	806 - A realizar - Minc Pronac 193030 c/c C/C 49848-3	5.700,00	
12/04/2021	805 - A realizar - C/C 49906 Proac Edital Modernização etc.	1.500,00	
		7.200,00	-199.226,54
Total ajustado			-192.026,54

CONTAS PATRIMONIAIS

<u>CONTAS CONTÁBEIS</u>	<u>Reapresentação 2020</u>	<u>Ajuste</u>	<u>2020</u>
Convenios a Realizar	1.368.508,32	(192.027)	1.560.534,86
Superávit/ (Deficit) do Exercício	280.847,50	192.027	88.820,96
TOTAL DE AJUSTES DO PASSIVO		-	

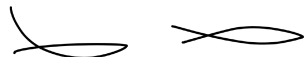
CONTAS DE RESULTADO

<u>CONTAS CONTÁBEIS</u>	<u>Reapresentação 2020</u>	<u>Ajuste</u>	<u>2020</u>
Doações Não Governamentais - Pessoas Físicas e Jurídicas	872.472,50	199.226,54	673.245,96
Prestação de serviços por pessoas jurídicas (projetos, editais e eventos)	(7.200,00)	(7.200,00)	
TOTAL DE AJUSTES RESULTADO		192.027	

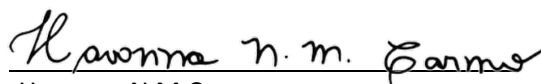
São Paulo, 31 de dezembro 2021



Sarah Feldman
Diretora Presidente
CPF: 483.418.518-19



Iso Sendacz
Diretor Tesoureiro
CPF: 042.324.608-96



Havanna N M Carmo
CRC: 1SP280005/o-5
CPF:345.247.808-40